CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 01/2020

301 – PROCURADOR – PROVA OBJETIVA

NOME DO CANDIDATO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO

- VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO **60** QUESTÕES OBJETIVAS.
- VERIFIQUE SE ESTE CADERNO CORRESPONDE AO CARGO QUE VOCÊ SE INSCREVEU, HAVENDO DIVERGÊNCIA, INFORME IMEDIATAMENTE AO FISCAL DA SALA. NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.
- VERIFIQUE SE O CONTEÚDO DESTE CADERNO SE ENCONTRA COMPLETO E LEGÍVEL, HAVENDO DIVERGÊNCIA, INFORME IMEDIATAMENTE AO FISCAL DA SALA. NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.
- PREENCHA COM SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO OS ESPAÇOS RESERVADOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA.
- A DURAÇÃO DA PROVA É DE **3 HORAS E 30 MINUTOS**.
- A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDO O TEMPO MÍNIMO ESTABELECIDO NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO.
- AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS.

É EXPRESSAMENTE PROIBIDO O USO DE CELULAR E OUTROS APARELHOS ELETRÔNICOS NAS DEPENDÊNCIAS DO LOCAL DE PROVA

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

instituto mais.org.br
O Futuro é nosso Presente

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 8.

Quando alguém lhe disser que você não sabe o que diz, o melhor é concordar. Eu concordo sempre, pois também conheço as armadilhas que as palavras montam.

Por exemplo, quando digo que determinado acontecimento foi auspicioso, estou a falar em pássaros. A palavra auspício vem da expressão latina “avis spicium”, ou seja, contemplar as aves, por causa de um antigo método de prever o futuro. Se digo que montei um alarme residencial, revelo o meu caráter belicista, pois a palavra alarme deriva da locução italiana “all’arme”, que é um apelo às armas.

A expressão que, sem o sabermos, mais nos ensina é o “pomo da discórdia”. Quando descobri que a palavra pomo designa um fruto, a minha vida mudou. Nos restaurantes, na hora da sobremesa, pergunto sempre se há pomos. Os empregados, em regra, ficam alarmados. O que não auspicia nada de bom para a minha refeição.

O “pomo da discórdia” original era uma maçã. Eris, a deusa da discórdia, não foi convidada para o casamento de Peleu e Tétis. Mesmo assim, apareceu na boda e deixou uma maçã de ouro com uma nota: “Para a mais bela da festa”.

As deusas Hera, Atena e Afrodite pediram a Zeus que decidisse qual delas era a mais bela. Zeus entregou a missão a Páris. Para convencer Páris a dar-lhe o prêmio, cada deusa prometeu-lhe um presente. Hera disse que o faria rei da Europa e da Ásia, Atena ofereceu-lhe sabedoria, e Afrodite jurou entregar-lhe o amor de Helena de Troia.

Páris deu a vitória a Afrodite, seduziu Helena e deu origem a uma guerra de dez anos. É uma história estranha por várias razões: não ser convidado para casamento é uma benção e, no entanto, Eris ficou magoada; três deusas competem por uma maçã de ouro, uma peça de decoração brega que não fica bem em casa nenhuma. Zeus, mesmo sendo o todo-poderoso, sabe que não é prudente ser jurado em concursos de beleza. Páris, podendo escolher capacidades que lhe garantiriam várias mulheres, opta por ter apenas uma.

Pessoalmente, discordo do pomo da discórdia.

(PEREIRA, Ricardo Araújo. O pomo da discórdia. Folha de São Paulo, 09.02.2020. Adaptado).

1. Ao confessar “conheço as armadilhas que as palavras montam”, o autor pretende dizer que

(A) não se deve confiar naquilo que as pessoas falam, uma vez que as palavras possuem sentido ambíguo, podendo fazer o homem vítima de seu engodo.
(B) as palavras possuem uma literalidade que permite ao homem compreender sua inteligibilidade imediatamente, sem necessitar de um dicionário de arcaísmos.
(C) nosso vocabulário é eurocêntrico, pois revela a origem europeia de nossa língua e o quanto que estamos ligados, linguisticamente, àquele continente.
(D) as palavras possuem um sentido mais amplo do que aquele que normalmente lhes atribuíamos, sendo que, compreendidas em sua origem, elas podem gerar mal-entendidos.

2. De acordo com a redação do terceiro parágrafo, a expressão “pomo da discórdia”

(A) ilustra a ideia de que o uso de termos menos comuns pode frustrar nossas expectativas.
(B) foi determinante na mudança dos hábitos alimentícios do autor.
(C) tornou mais rica e eficiente a comunicação com seus interlocutores.
(D) estimulou o autor pela busca de restaurantes que lhe oferecessem um cardápio mais exótico.

3. Ao afirmar “discordo do pomo da discórdia”, o autor

(A) desconstrói um mito grego por meio de uma concepção de mundo mais racionalista.
(B) corrobora o sentido da expressão, tornando ainda mais evidente o seu significado.
(C) expõe o caráter infantilizado das narrativas alegóricas, pois elas põem em dúvida nossa capacidade de discernimento.
(D) desdenha da narrativa sobre o casamento de Peleu e Tétis, pois ela não é instrutiva ao homem do século XXI.

Analise a oração abaixo para responder à questão 4.

“Eu concordo sempre, ‘**pois**’ também conheço as armadilhas que as palavras montam”.

4. O termo destacado desempenha a função de conjunção

(A) causal.
(B) final.
(C) adversativa.
(D) explicativa.

5. Assinale a alternativa cuja frase apresenta palavra em sentido figurado.

(A) Para a mais bela da festa.
(B) Páris, podendo escolher capacidades que lhe garantiriam várias mulheres, opta por ter apenas uma.
(C) Eu concordo sempre, pois também conheço as armadilhas que as palavras montam.
(D) Por exemplo, quando digo que determinado acontecimento foi auspicioso, estou a falar em pássaros.

6. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto ao uso da crase, assinale a alternativa correta.

(A) As deusas puseram-se à disputar entre si.
(B) Eris não compareceu à festa por não ter sido convidada.
(C) À nenhuma outra foi entregue o fruto encantado, senão à Afrodite.
(D) O fruto lembra à desfeita sofrida pela deusa da discórdia.

Analise as orações abaixo para responder à questão 7.

"Quando alguém disser que você não sabe o que diz, o melhor é '**concordar**'".

"Para '**convencer**' Páris a dar-lhe o prêmio, cada deusa '**prometeu**-lhe' um presente.

7. Assinale a alternativa cujas palavras substituam, respectivamente, os termos destacados sem alterar seu sentido.

(A) Refutar / ludibriar / dedicou.
(B) Desdenhar / hostilizar / ofereceu.
(C) Aquiescer / persuadir / assegurou.
(D) Anuir / contestar / instigar.

8. As frases abaixo são transcrições livres do texto. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à pontuação, assinale a alternativa correta.

(A) Por ter escolhido Afrodite, o herói grego conquistou a bela Helena.
(B) Zeus, após ter se negado a escolher a mais bela deusa incumbiu Páris disso.
(C) Temia por minha refeição, à medida que não me fazia compreendido.
(D) O mito envolvendo a maçã de ouro, está repleto de acontecimentos estranhos.

Analise a tirinha com dois quadrinhos abaixo para responder às questões de 9 a 11.

Copyright © 2002 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

(blogspot.com).

9. De acordo com o segundo quadrinho, a presença da televisão sugere

(A) que nossa vida sofreu modificações substanciais, marcadas principalmente pelo advento da tecnologia.
(B) que nossa interpretação acerca do mundo está condicionada aos elementos que desviam nosso olhar da vida tal qual ela é.
(C) a importância que os recursos virtuais desempenharam no processo evolutivo da humanidade.
(D) que determinados recursos tecnológicos são destinados a uma elite social, detentora de poder aquisitivo.

10. Sobre a tirinha, é correto afirmar que ela

(A) expõe os conflitos de classes existentes desde os primórdios da humanidade.
(B) demonstra o quanto que a vida se tornou mais atraente e intensa ao longo dos séculos.
(C) enaltece estilos de vida distintos, em sua essência, e que servem de parâmetro identificador de cada período histórico.
(D) apresenta uma crítica à retórica entusiasta do processo civilizatório e aos avanços que ele proporcionou.

11. As frases abaixo são transcrições livres do texto. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à colocação pronominal, assinale a alternativa correta.

(A) Nos fizeste uma pergunta boba.
(B) Estamos o contemplando.
(C) Moço, me diga o que estão fazendo.
(D) Jamais encontrou-se algo melhor para se fazer.

12. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à regência verbal, assinale a alternativa correta.

(A) Sujeitou a nação à sua vontade.
(B) Arrume os livros da estante!
(C) A estátua foi esculpida de pedra.
(D) O ponteiro oscilava de um lado ao outro.

13. Assinale a alternativa cujo termo destacado esteja empregado de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa.

(A) Por estar dirigindo embriagado, o motorista conduziu seu veículo "**ao encontro do**" pedestre.
(B) Esse tipo de atividade não é para "**mim**" fazer.
(C) Havia muitas desavenças entre "**mim**" e os demais.
(D) "**Em vez dos**" preços abaixarem, eles subiram.

14. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à regência nominal, assinale a alternativa correta.

(A) O acesso a rodovia estava interditado.
(B) Seu tratamento afável às pessoas encantava todos.
(C) Era agradável de olhar aquele ocaso.
(D) O paciente ficou aflito em saber seu diagnóstico.

LEGISLAÇÃO

15. Acerca dos substitutivos, novas redações, emendas e subemendas, analise as proposições abaixo e assinale (V) para Verdadeiro ou (F) para Falso.

( ) Substitutivo é a proposta apresentada como sucedânea a outra proposição, que altera, substancial ou formalmente, em seu conjunto.
( ) Nova redação é a alteração que visa exclusivamente ao aperfeiçoamento da técnica legislativa ou acréscimos não substanciais à propositura.
( ) Emenda modificativa é a que se acrescenta a outra proposição substancialmente.
( ) A emenda, apresentada a outra emenda, denomina-se subemenda.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

(A) V / V / F / V
(B) F / V / V / F
(C) V / F / V / F
(D) F / V / F / V

16. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santos, é vedado ao Município

I. estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
II. recusar fé aos documentos públicos.
III. criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

É correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.

17. Em consonância com o artigo 64, § 1º da Lei Orgânica do Município de Santos, a direção superior da Procuradoria Geral do Município compete ao Procurador Geral do Município, nomeado pelo Prefeito, em comissão, entre os Procuradores Municipais que integram o quadro efetivo, em exercício no Poder Executivo Municipal, exigindo-se, para seu provimento, _____ anos no cargo de Procurador.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

(A) 3 (três)
(B) 5 (cinco)
(C) 8 (oito)
(D) 10 (dez)

18. Conforme disposto no artigo 115 da Lei Orgânica do Município de Santos, leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I. plano plurianual.
II. proibição de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
III. regime jurídico das empresas privadas.
IV. os orçamentos anuais.

É correto o que se afirma em

(A) I e IV, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) III e IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.

19. No tocante ao artigo 23 disposto na Resolução 16/2019, todo projeto, depois de apresentado ao Plenário, será enviado à Secretaria de Assuntos Jurídicos para se pronunciar, em caráter eminentemente técnico, dentro do prazo de _____ dias úteis, prorrogável por igual tempo se necessário, após autorização do respectivo Secretário, sendo seu pronunciamento juntado ao processo, para conhecimento das Comissões ou do Plenário.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

(A) 5 (cinco)
(B) 10 (dez)
(C) 15 (quinze)
(D) 20 (vinte)

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

20. Um usuário instalou o Microsoft Office 2016 em seu computador e, ao tentar abrir qualquer programa da suíte, aparece a notificação “Falha na ativação do produto”. Para resolver esse problema, o usuário deve

(A) reparar o Office, no Painel de Controle, selecionando a opção Programas e Recursos.
(B) inserir a licença válida para o produto, que vem junto com o disco de instalação.
(C) reinstalar o Office e validar a licença do programa com o Recurso Windows Update.
(D) desativar o antivírus instalado no computador para que o mesmo reconheça a instalação do Office como ativa.

Analise a imagem abaixo, de uma pasta do Windows Explorer, no Microsoft Windows 7, para responder à questão 21.

21. De acordo com a imagem, ao selecionar os arquivos com o botão esquerdo do mouse pressionado, arrastando-os para a pasta 3, é correto afirmar que

(A) os arquivos selecionados serão movidos para a pasta.
(B) os arquivos selecionados serão copiados para a pasta.
(C) os arquivos selecionados serão copiados e renomeados dentro da pasta com os nomes Texto_2 - Copy.txt e Texto_3 - Copy.txt.
(D) serão criados atalhos dos arquivos selecionados dentro da pasta.

22. Com relação ao navegador Internet Explorer 11, assinale a alternativa correta.

(A) O recurso Gerenciar Complementos permite que o usuário veja o endereço do site que está visitando, de forma mais completa, através do IP, provedor e do domínio publicado na web.
(B) Quando um usuário não quiser deixar rastros de suas atividades durante a navegação, ele deve utilizar o recurso Navegação Anônima.
(C) Para que determinado site seja aberto automaticamente sempre que o Internet Explorer for executado, deve-se adicioná-lo aos favoritos do navegador.
(D) Durante a navegação na web, o Internet Explorer grava um registro com todos os sites acessados. Essas informações armazenadas ficam disponíveis no recurso Histórico do navegador.

23. Sobre o processo de armazenamento de dados, analise as proposições abaixo.

I. Em um pendrive de 16 GB é possível armazenar informações de uma pasta de trabalho que contenha 624.142.829 bytes.
II. A memória cache é um tipo de memória de acesso randômico mais rápida, que armazena os dados mais utilizados pelo processador. Sem a memória cache, o desempenho da máquina ficaria mais lento e limitado à memória RAM.
III. Em um CD-R, os dados podem ser copiados para a mídia em mais de uma ocasião, além de permitir que eles possam ser apagados.
IV. Para copiar um arquivo de um disco rígido para um pendrive é necessário realizar a sua compactação previamente.
V. Arquivos, programas e dados que são armazenados dentro de uma pasta ou subpastas podem ser classificados por algumas categorias como nome, data, tipo, tamanho, entre outros.

É correto o que se afirma, apenas, em

(A) II e IV.
(B) III e IV.
(C) I, II e V.
(D) I, III e V.

24. Basicamente, pode-se dizer que a segurança de informação é um conjunto de procedimentos e conhecimentos que visa garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações processadas por uma instituição. Sobre essas propriedades, correlacione as colunas da tabela abaixo.

Coluna I		**Coluna II**	
1.	Confidencialidade.	A.	Garante que a informação manipulada mantenha todas as características originais estabelecidas pelo proprietário da informação, incluindo controle de mudanças e garantia do seu ciclo de vida (nascimento, manutenção e destruição.
2.	Integridade.	B.	Garante que a informação esteja sempre acessível para o uso legítimo por aqueles usuários autorizados pelo proprietário da informação.
3.	Disponibilidade.	C.	Limita o acesso à informação tão somente às pessoas legítimas, ou seja, aquelas autorizadas pelo proprietário da informação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

(A) 1C / 2B / 3A
(B) 1A / 2B / 3C
(C) 1B / 2A / 3C
(D) 1C / 2A / 3B

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

25. Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa correta.

(A) Os secretários municipais serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, podendo ser acrescida gratificação, adicional, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
(B) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
(C) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor, será ele reconduzido, e o eventual ocupante da vaga, com direito à indenização, será posto em disponibilidade.
(D) Os municípios, desde que instituam regime de previdência complementar, poderão equiparar o limite máximo de benefícios do regime próprio de previdência social ao do regime geral de previdência social para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

26. Sobre os assuntos orçamentários dispostos nas súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

(A) As receitas advindas da dívida ativa e da Lei Kandir ingressam na base de cálculo sobre a qual se apura o limite de despesa das Câmaras Municipais, previsto no artigo 29-A da Constituição Federal.
(B) Nos repasses de recursos a entidades do terceiro setor, admite-se taxa de administração, de gerência ou de característica similar.
(C) É constitucional a aplicação de subvenções, direta ou indiretamente, na manutenção de culto religioso.
(D) Não é lícita a contratação pelas prefeituras municipais de terceiros para revisão das Declarações para o Índice de Participação dos Municípios (DIPAM), a qual deve ser feita por servidores públicos locais, valendo-se do auxílio da Secretaria Estadual da Fazenda.

27. Conforme o Decreto-Lei n.º 3.365/1941, a declaração de utilidade pública de bens, pelo município, para fins de desapropriação, far-se-á por decreto do

(A) Juiz de Direito.
(B) Presidente da Câmara Municipal.
(C) Prefeito.
(D) Secretário Municipal.

28. Nos termos da Lei Municipal n.º 4.623/1984, o ato pelo qual o funcionário aposentado reingressa no serviço público, a seu pedido ou *ex-offício* é o(a)

(A) reversão.
(B) transferência.
(C) readaptação.
(D) aproveitamento.

29. Quando o serviço público, objeto de concessão, estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço, o poder concedente, em relação à respectiva concessão, poderá declarar a sua

(A) reversão.
(B) encampação.
(C) anulação.
(D) caducidade.

30. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, compõe(m) o Órgão Especial daquele Tribunal o(a)

(A) Corpo de Auditores do Tribunal de Contas.
(B) Corregedoria.
(C) Secretaria-Diretoria Geral.
(D) Primeira Câmara e a Segunda Câmara.

31. Sobre os contratos administrativos e licitações dispostos na Lei n.º 8.666/1993 e nas súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

(A) Em procedimento licitatório, a Administração pode preliminarmente impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, na fase de habilitação, independente de existir Plano de Recuperação homologado por juízo competente.
(B) A nulidade do contrato administrativo exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados.
(C) Depende de licitação a aquisição de combustíveis e derivados de petróleo pelos órgãos e entidades da administração pública municipal, direta e indireta, aí incluídas as fundações instituídas pelo poder público e empresas sob seu controle.
(D) Os contratos administrativos poderão ser alterados, por acordo das partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

32. Sobre os atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

(A) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito integralmente às cominações da Lei n.º 8.429/1992.
(B) A aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.429/1992 independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.
(C) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
(D) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

DIREITO CONSTITUCIONAL

33. A administração pública direta e indireta dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(A) a remuneração dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta dos municípios, exceto as vantagens pessoais, não poderão exceder o subsídio mensal dos vereadores.
(B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
(C) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
(D) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

34. Sobre o mandado de segurança e a ação popular, assinale a alternativa correta.

(A) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
(B) Pessoa jurídica tem legitimidade para propor ação popular.
(C) Cabe mandado de segurança coletivo para anular ato lesivo à moralidade administrativa e ao meio ambiente.
(D) Em mandado de segurança, a controvérsia sobre matéria de direito não impede a sua concessão.

35. Na hipótese de o município de Santos possuir 450.000 habitantes, o subsídio de seus vereadores, fixado pela Câmara Municipal, além de observar os critérios estabelecidos na Lei Orgânica, na Constituição Estadual e na Constituição Federal, deverá ter o seguinte limite máximo

(A) 60% (sessenta por cento) do subsídio dos deputados federais.
(B) 75% (setenta e cinco por cento) do subsídio dos deputados federais.
(C) 60% (sessenta por cento) do subsídio dos deputados estaduais.
(D) 75% (setenta e cinco por cento) do subsídio dos deputados estaduais.

36. Quanto ao processo legislativo disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a diretrizes orçamentárias.
(B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
(C) A matéria constante de projeto de lei rejeitado não poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa.
(D) O Presidente da República deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional para elaborar leis delegadas quanto a matéria reservada à lei complementar.

37. Nos termos da Constituição Federal, a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, cabe ao

(A) Senado Federal.
(B) Tribunal de Contas da União.
(C) controle externo.
(D) controle interno.

38. Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

(A) A Mesa da Câmara Municipal tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade em face da Constituição Estadual.
(B) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
(C) O Supremo Tribunal Federal não apreciará a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo.
(D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelos tribunais, nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente ao Poder Legislativo.

39. Conforme a Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios

(A) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
(B) legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
(C) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
(D) estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação.

40. Nos termos da Constituição Federal, o órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a defesa do Estado democrático é o(a)

(A) Ministério da Justiça e Segurança Pública.
(B) Conselho de Defesa Nacional.
(C) Casa Civil.
(D) Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO TRIBUTÁRIO

41. A respeito do contribuinte ou responsável de que trata a Lei Municipal n.º 3.750/1971, assinale a alternativa correta.

(A) É responsável todo aquele que estiver vinculado ao fato gerador da obrigação tributária, mas esses responsáveis não estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais.
(B) Para efeitos da referida Lei, o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país não é considerado responsável tributário.
(C) O imposto é devido pelo prestador de serviço, com ou sem estabelecimento fixo.
(D) Toda pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que utilizar serviços prestados por firmas inscritas na repartição fiscal competente, ou de firmas ou profissionais liberais e autônomos não inscritos na repartição fiscal competente, não necessita reter o imposto competente na fonte, vez que não é a responsável fiscal.

42. A respeito do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos municípios e do Distrito Federal, analise as proposições abaixo.

I. Incide sobre serviço proveniente do exterior do país, mas não sobre a prestação que se tenha iniciado no exterior do país.
II. Não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do país, mas incide nos casos em que os serviços são desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
III. Os municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e acréscimos legais.

É correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.

43. A respeito das transferências voluntárias de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as proposições abaixo e assinale (V) para Verdadeiro ou (F) para Falso.

( ) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
( ) É permitida a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada entre os entes da Federação, desde que devidamente justificada dentro do prazo de 15 dias.
( ) Uma das exigências para a realização da transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, é a comprovação, por parte do beneficiário do cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

(A) F / F / V
(B) V / V / V
(C) F / V / F
(D) V / F / V

44. A respeito da obrigação tributária, analise as proposições abaixo.

I. A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal relativamente a penalidade pecuniária.
II. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
III. A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

É correto o que se afirma em

(A) II, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) I, II e III.

45. A respeito das limitações do poder de tributar, definidos na Constituição Federal, analise as proposições abaixo.

I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, mas é possível instituírem tratamento desigual entre os contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
II. Não se pode utilizar tributo como meio de confisco e nem mesmo estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
III. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

É correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.

46. Com relação ao fato gerador da obrigação tributária, tratado no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

(A) O fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
(B) O fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação acessória.
(C) Não cabe à autoridade administrativa desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
(D) A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza de seu objeto ou dos seus efeitos e dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

47. A respeito da Lei de Execução Fiscal, assinale a alternativa correta.

(A) A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos e, findo o leilão, se não houver licitante, pelo preço da avaliação ou havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 dias.
(B) A cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento.
(C) A Fazenda Pública está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos processuais de seu interesse depende de preparo ou de prévio depósito e, ainda, se vencida, a Fazenda Pública ressarcirá o valor das despesas feitas pela parte contrária.
(D) Em relação à adjudicação dos bens penhorados, é certo que se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação será deferida pelo juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do juízo, no prazo de 10 (dez) dias.

48. Sobre a contribuição de melhoria, analise as proposições abaixo e assinale (V) para Verdadeiro ou (F) para Falso.

( ) Pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
( ) A lei relativa à contribuição de melhoria deve observar, em relação à publicação prévia, apenas o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo da obra e a delimitação da zona beneficiada.
( ) É instituída para fazer face ao custo das obras públicas que decorra de valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

(A) V / F / V
(B) V / V / F
(C) F / V / F
(D) F / F / V

DIREITO CIVIL

49. Suponha que um conjunto de municípios limítrofes, com o objetivo de executar projeto de parceria público-privada, firme contrato de consórcio público que tenha como resultado a constituição de uma associação pública, que tem natureza jurídica de direito público. A associação adquire bens que, após passar a integrar o seu patrimônio, são afetados ao desenvolvimento de suas finalidades institucionais, notadamente com o fim de viabilizar a prestação do serviço de iluminação pública. Acerca do patrimônio dessa entidade e com base no Código Civil, é correto afirmar que

(A) os bens da associação, caso não afetados a uma finalidade pública, estão sujeitos à usucapião.
(B) caso a associação seja proprietária de terreno que se destine ao uso comum da população, ela poderá exigir que a utilização do espaço seja remunerada.
(C) os bens da associação, por serem públicos, não precisam atender à função social da propriedade, nos termos do Código Civil.
(D) os bens dominicais da associação são inalienáveis.

50. A respeito dos contratos em geral, com base no Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) Nos contratos empresariais, as partes se presumem paritárias e simétricas, razão pela qual, em regra, esse tipo de negócio não deve ser objeto de revisão contratual.
(B) Os contratos privados, em regra, devem atender a uma função social, motivo pelo qual os princípios da função social do contrato e do equilíbrio substancial devem prevalecer sobre as regras que tratem da alocação objetiva dos riscos do contrato.
(C) Em função do princípio da liberdade econômica, o princípio da boa-fé objetiva não se aplica aos contratos empresariais.
(D) A constitucionalização do direito civil importa no dever do Poder Judiciário intervir de forma ampla para promover revisões em contratos privados, sempre que tal medida for adotada com o objetivo de promover a igualdade em sentido substancial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. A respeito das medidas liminares contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

(A) Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar em sede de ação civil pública quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.
(B) A suspensão de segurança possui natureza de recurso e deverá ser apreciada pelo órgão colegiado competente para conhecer o recurso cabível contra a decisão cuja execução da liminar possa importar em grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
(C) Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.
(D) O recurso voluntário ou *ex officio*, interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público ou seus agentes, que importe em outorga ou adição de vencimentos ou de reclassificação funcional, não terá efeito suspensivo.

52. Com relação ao cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa em face da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

(A) O cumprimento das obrigações de pagar quantia certa e de cumprimento de obrigação de fazer seguirão o mesmo rito procedimental.
(B) Em caso de impugnação parcial, fica autorizada a expedição de requisitório de pagamento em relação à parte incontroversa.
(C) A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade, ainda que posterior ao trânsito em julgado da decisão executada, torna o título executivo inexigível.
(D) No caso de cumprimento de sentença que fixa obrigação de pagar quantia certa, o não adimplemento da obrigação no prazo de impugnação importa no dever da Fazenda Pública pagar multa de dez por cento sobre o valor devido.

53. Suponha que a Câmara Municipal seja parte em litígio que envolve a defesa de sua capacidade institucional e que o órgão do Tribunal de Justiça, ao apreciar recurso de apelação, prolatou acórdão contrário às pretensões do órgão legislativo. O entendimento foi firmado em julgamento realizado por Turma, que contou com a participação de três desembargadores e utilizou fundamento que poderia ser conhecido de ofício, mas não foi considerado pelas partes. Com base na situação hipotética exposta e conforme disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

(A) o voto vencido deverá ser declarado, podendo os seus fundamentos ser considerados para fins de pré-questionamento.
(B) o colegiado pode definir o seu posicionamento com base em ponto não considerado pelas partes sem previamente abrir vista, ainda que se trate de matéria de ordem pública.
(C) caso o acórdão esteja em conformidade com o conteúdo da sentença de primeiro grau, não será necessária a convocação de outros julgadores para realização do julgamento, nos termos do regimento interno.
(D) os embargos de divergência são cabíveis contra o acórdão, que deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias.

54. O prazo para apresentação de informações pela autoridade coatora, em mandado de segurança, é de

(A) 5 (cinco) dias úteis.
(B) 10 (dez) dias úteis.
(C) 15 (quinze) dias úteis.
(D) 30 (trinta) dias úteis.

55. Com base nas Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) O ente público não detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares.
(B) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público.
(C) É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, ainda que inalterado o resultado anterior.
(D) Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, são cabíveis honorários advocatícios.

56. Com base no Código de Processo Civil, é correto afirmar que estão sujeitas à remessa necessária

(A) as sentenças condenatórias proferidas contra as empresas públicas prestadoras de serviço público.
(B) as decisões concessivas de tutela provisória.
(C) as sentenças que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.
(D) decisão que esteja em conformidade com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

57. Nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 1.088/2020, a alíquota de contribuição do patrocinador será igual à contribuição individual do participante, respeitado o percentual

(A) mínimo de 10% (dez por cento).
(B) máximo de 15% (quinze por cento).
(C) mínimo de 18% (dezoito por cento).
(D) máximo de 7,5% (sete vírgula cinco por cento).

58. Suponha que o prefeito do município de Santos decretou situação de calamidade pública, em virtude dos inúmeros danos ocasionados pelas chuvas de verão. As fortes chuvas impactaram os serviços públicos de assistência social, saúde e de educação prestados pelo ente federado. Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto na Lei n.º 8.212/1991 sobre a prova de inexistência de débito, é correto afirmar que

(A) independe de prova de inexistência de débito o recebimento pelo município de Santos de transferência de recursos destinados a ações de assistência social, educação, saúde e em caso de calamidade pública.
(B) é imprescindível que o município de Santos apresente certidão negativa de débito original para que receba a transferência de recursos destinados a ações de assistência social e de calamidade pública.
(C) para que o município de Santos receba a transferência de recursos destinados a ações de assistência social e de educação deverá apresentar certidão negativa de débito, que tem prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias, contados da sua emissão.
(D) o município de Santos somente receberá a transferência de recursos destinados a ações de saúde e de educação após apresentar a certidão negativa de débito original, que tem validade de 5 (cinco) anos, contados de sua emissão.

DIREITO AMBIENTAL

59. De acordo com a Lei Federal n.º 10.527/2001, assinale a alternativa correta.

(A) A lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada vinte anos, e ele é obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, mas dispensado para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico.
(B) Na pendência da ação de usucapião especial urbana, serão extintas quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.
(C) Na ação de usucapião especial urbana é prescindível a intervenção do Ministério Público e o autor terá os benefícios da justiça gratuita, exceto, perante o cartório de registro de imóveis.
(D) Nas regiões metropolitanas ou nas aglomerações urbanas instituídas por lei complementar estadual, poderão ser realizadas operações urbanas consorciadas interfederativas, aprovadas por leis estaduais específicas.

60. Suponha que a empresa Mais Minérios produz resíduos sólidos de mineração, que são gerados na atividade de pesquisa, extração e beneficiamento de minérios. De acordo com a Lei Federal n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), é correto afirmar que o(a)

(A) empresa somente estará sujeita à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos se os resíduos forem classificados como altamente perigosos e se produzido volume maior que o estabelecido em regulamento.
(B) inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos obstará a elaboração, a implementação e a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
(C) plano de gerenciamento de resíduos sólidos não é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama, pois apenas é exigido quando o resíduo sólido for efetivamente gerado.
(D) empresa Mais Minérios está sujeita à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, que deve conter as medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos.